



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA

Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

| EDITAL E ANEXOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS | |
|--|--|
| REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, PELO DECRETO FEDERAL Nº 11.462/2023 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS), PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 147/2014 E Nº 155/2017, BEM COMO PELOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 001/2022 E Nº 002/2025, E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS. | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1510.01/2025 | PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026 |
| ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Infraestrutura | ÓRGÃOS PARTICIPANTES: <ul style="list-style-type: none">• Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS• Secretaria Municipal de Assistência Social – FMAS• Secretaria Municipal de Educação – FUNDEB |
| TIPO DE LICITAÇÃO: “MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO “ | FORMA DE FORNECIMENTO: Fornecimento Parcelado. |
| OBJETO: Registro de Preços para contratação de pessoa (s) jurídica (s) para fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais de primeira linha, independentemente de marca e categoria, pelo maior percentual de desconto, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados e máquinas às diversas Secretarias do Município de Amapá do Maranhão/MA, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, Anexo II do Presente Edital. | |
| O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do LICITAAMAPA, site: https://licitaamapama.com.br/ | |
| RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: SESSÃO PÚBLICA: 07/04/2026, às 09h00min (Horário de Brasília) Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto “Horário Local”. | |
| DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL DIA: Dias úteis, de Segunda a Sexta-feira HORÁRIO: das 08:00hs às 12:00hs (horário local). LOCAL: Sala do Departamento de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal de AMAPÁ DO MARANHÃO, localizada na Av. Milton Lemos, S/nº, Centro, Cep: 65.293.000, AMAPÁ DO MARANHÃO/Maranhão. E-mail para contato com a CPL: cplamapa@hotmail.com O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio eletrônico: https://www.amapa.ma.gov.br/ | |
| PREGOEIRO RESPONSÁVEL: GEORGE GOMES DA SILVA SOBRINHO Pregoeiro Municipal | Este instrumento contém: Edital e seus anexos com 63 (sessenta e três) páginas, incluindo esta, numericamente ordenadas. |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

PREGÃO ELETRÔNICO nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1510.01/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

DISPUTA ABERTA

O MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO-MA, ESTADO DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.580.959/0001-06, através da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Infraestrutura, por meio do seu Secretário sr. Edelson dos Santos Ferreira, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **09h00min, do dia 07/04/2026**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento, “MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO” que se regerá por este instrumento, e pela legislação pertinente, em especial pela Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 001/2022 e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº14.133/21. A PARTICIPANTE declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: <https://licitaamapama.com.br/>. O servidor conduzirá todo o procedimento conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste instrumento e as constantes no sistema LICITAAMAPA, prevalecerão as descritas aqui estabelecida.

1. OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para contratação de pessoa (s) jurídica (s) para fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais de primeira linha, independentemente de marca e categoria, pelo maior percentual de desconto, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesado e máquinas às diversas Secretarias do Município de Amapá do Maranhão/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. A estimativa da contratação foi realizada em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, mediante pesquisa de mercado, utilizando-se de cotações obtidas junto a fornecedores do ramo e demais fontes disponíveis, não tendo sido utilizados sistemas eletrônicos de orçamentação de peças para fins de formação do valor estimado.

1.4.1. Para fins de execução contratual, os valores das peças, acessórios mecânicos, elétricos, eletrônicos e itens da linha de ar-condicionado serão obtidos por meio de sistemas eletrônicos de orçamentação, tais como AUDATEX, CILIA ou outros similares.

1.4.2. O percentual de desconto ofertado pelo licitante vencedor será aplicado sobre os valores obtidos conforme disposto no subitem anterior, devendo prevalecer sempre o menor valor apurado, em

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

observância aos princípios da economicidade e da vantajosidade para a Administração Pública.

1.4.3. O critério de julgamento da licitação será o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, não constituindo o percentual estimado parâmetro mínimo obrigatório para apresentação de propostas, sendo vedada a fixação de limites que restrinjam a competitividade do certame.

1.4.4. O valor da contratação será variável, conforme a demanda da Administração, sendo definido mediante a aplicação do percentual de desconto ofertado pelo licitante vencedor sobre os valores apurados na forma deste item, não havendo obrigatoriedade de contratação do valor total estimado.

1.5. A Administração estima o valor global de R\$ 3.996.624,65 (três milhões, novecentos e noventa e seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos), para a execução da contratação, destinado à manutenção da frota municipal, sendo utilizado apenas como referência, de modo que a execução ocorrerá conforme a necessidade, mediante aplicação do percentual de desconto ofertado pelo licitante vencedor sobre os valores constantes das tabelas de referência adotadas, não havendo obrigatoriedade de contratação do valor total estimado.

1.6. A Pesquisa de preços realizada pelo setor de Compras encontra-se disponível na sala do Departamento de Licitação e Contratos, no endereço mencionado no preâmbulo do presente Edital.

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentária, conforme dispõe o art. 17. do Decreto Federal nº. 11.462/2023, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes, que poderão advir do presente procedimento licitatório. No entanto, para efeito de classificação orçamentária, seguem as rubricas informadas pelo setor contábil, com vigência para o exercício em curso.

3.2. Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam devidamente credenciados no sistema eletrônico disponível no endereço: <https://licitaamapama.com.br/>.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema Eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor do procedimento qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pelas informações, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreções ou desatualizações.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação ou desclassificação do licitante, conforme o caso.

4.5. Em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, será assegurado tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), observando-se as seguintes disposições:

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

- 4.5.1. Será assegurado o direito de preferência em caso de empate ficto, nos termos da legislação vigente.
- 4.5.2. Não será aplicada a exclusividade de participação nem a reserva de cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista que o objeto da presente contratação é indivisível e será julgado pelo critério de maior percentual de desconto, o que inviabiliza a aplicação das hipóteses previstas no art. 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006;
- 4.5.3. O tratamento diferenciado será aplicado nos demais casos previstos em lei, desde que compatível com a natureza do objeto.
- 4.5.3.1. A fruição dos benefícios previstos neste item 4.5. Fica condicionada à comprovação do enquadramento da empresa como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação aplicável.
- 4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
- 4.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe tenha sido imposta, desde que a penalidade produza efeitos que alcancem a Administração Pública direta e indireta, em quaisquer esferas de governo;
- 4.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.4. Será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive à sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2. e 4.7.3. Poderão participar no apoio às atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 4.7.2. e 4.7.3. Não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua, como encargo do contratado, a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.13. A vedação de que trata o item 4.7.8. Estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.14. Para fins de participação nesta contratação, serão aceitas as declarações e propostas de preços que possuírem assinaturas eletrônicas qualificadas (e-CPF do representante legal ou e-CNPJ da empresa), conforme previsto no art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.063/2020.

4.14.1. A validação da assinatura eletrônica será realizada através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, disponibilizado gratuitamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI no sítio <https://verificador.it.gov.br>, objetivando aferir a conformidade de assinaturas digitais existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.

4.14.2. Caso a licitante apresente documentação nas condições previstas nos subitens 4.14 e 4.14.1 acima, o documento assinado eletronicamente no ato de validação deverá ter o resultado APROVADO, confirmando que a assinatura está em conformidade com a regulamentação da ICP-Brasil.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NA PLATAFORMA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário ou desconto (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Considerando que o critério de julgamento adotado é o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, e que a plataforma eletrônica operacionaliza a disputa por meio do valor unitário, os licitantes deverão registrar suas propostas e lances em valor, sendo este utilizado apenas como mecanismo operacional do sistema, de modo que, quanto menor o valor unitário ofertado, maior será o percentual de desconto considerado para fins de julgamento; assim, a classificação das propostas observará o maior desconto obtido, ficando o licitante responsável pelos valores ofertados, não podendo alegar erro ou desconhecimento da sistemática adotada, podendo a Administração realizar diligências para verificação da exequibilidade e coerência da proposta.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. *O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

- 6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.4.1. A assinalação do campo “não” impedirá apenas o exercício do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, não constituindo, por si só, impedimento à participação no certame, ressalvadas as hipóteses legalmente aplicáveis.
- 6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 6.2. ou 6.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu percentual mínimo de desconto quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o percentual mínimo de desconto, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.10. O percentual mínimo de desconto parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.10.1. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior percentual de desconto;
- 6.10.2. suprimido por incompatibilidade com o critério de julgamento adotado.
- 6.11. O percentual mínimo de desconto parametrizado na forma do item 6.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado em percentual de desconto incidente sobre os itens/lotos, conforme definido neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de percentual de desconto entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,01% (zero vírgula zero um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de maior percentual de desconto e os das ofertas com percentuais até 10% (dez por cento) inferiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

- 7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem decrescente de percentuais de desconto.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) inferiores àquela.
- 7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no edital, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem decrescente de percentuais de desconto.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do maior percentual de desconto registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 2 (duas) horas, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, com o percentual de desconto de sua proposta.
- 7.20. Em relação aos itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será assegurada a aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, procedendo-se à verificação automática, pelo sistema eletrônico, da ocorrência de empate ficto, considerado aquele em que as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) inferiores à proposta mais bem classificada.
- 7.21. Ocorrendo empate ficto, o sistema convocará automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo estabelecido pelo sistema.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page:** <https://www.amapa.ma.gov.br>

7.22. Não sendo apresentada proposta inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte convocada, o sistema convocará as demais remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24. No ato de cadastramento da proposta no sistema, como requisito de pré-habilitação, será obrigatória a licitante anexar comprovação de garantia de proposta em favor da Prefeitura Municipal de Amapá do Maranhão/MA, CNPJ: 01.580.959/0001-06, em valor equivalente a 1% (um por cento) do total orçado da contratação, podendo consistir em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Conta corrente: 13491-0, agência: 2314-0, Banco do Brasil, favorecido: Prefeitura Municipal de Amapá do Maranhão – Tributos.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF, quando for o caso;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.1.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “8.1.1.”, “8.1.2.” e “8.1.3.” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1. e 6.4. deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
 - 8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, constam no item 9.11 e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, se for o caso.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

9.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

- 9.5.2. Nos termos do item acima, o agente deverá proporcionar conforme o caso, meios alternativos e prazos razoáveis, não inferior a 2 (duas) horas, para envio de documentos diligenciado.
- 9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do site: <https://licitaamapama.com.br/>, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira.
- 9.11.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do portal no sítio <https://licitaamapama.com.br/>;
- 9.11.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada, após solicitação do pregoeiro.
- 9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.13. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.14. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 9.15. A solicitação dos documentos de habilitação será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 9.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

9.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9.22. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são as discriminadas nos itens a seguir:

9.23. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.23.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; 9.23.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.23.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; 9.23.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.23.5. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.23.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.23.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz; 9.23.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#).

9.23.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.24. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.24.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

9.24.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº

1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.24.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 9.24.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-

Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.24.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.24.6.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.24.6.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.24.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.24.7.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.24.7.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à Dívida ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante;

9.24.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.24.9. Caso o licitante detentor do maior percentual de desconto seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.25. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.25.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.25.1.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.25.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

9.25.2. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil financeira, conforme dispõe o [artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.25.3. Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.25.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total cotado pela licitante ou do item pertinente.

9.25.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.25.5.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

9.25.5.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.25.5.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.5.4. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.6. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.25.7. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

9.25.8. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

9.25.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação quando não vier expresso na certidão;

9.25.9.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.25.10. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da IN Seges/ME nº 116/2021](#)) ou de sociedade simples;

9.26. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.26.1. Entre as obrigações técnicas, e, objetivando garantir que os proponentes interessados em fornecer seus serviços/produtos aos entes públicos, sejam empresas idôneas, bem como assegurar que a qualidade esteja de acordo com as normas técnicas necessárias, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

9.26.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado a prestação satisfatória dos serviços/fornecimento da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.

9.26.1.2. Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de execução de complexidade tecnológica e operacional similar, equivalente ou superior. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

9.26.1.3. A licitante de forma facultativa poderá apresentar juntamente com o(s) atestado(s) de capacidade técnica, cópias dos contratos com suas planilhas e respectivas notas fiscais evitando a possível abertura de diligências.

9.26.1.4. A Prefeitura Municipal de AMAPÁ DO MARANHÃO (MA) se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.27. OUTRAS COMPROVAÇÕES DE HABILITAÇÃO:

9.27.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

- a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
- b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

9.27.2. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias.

9.27.3. A documentação de habilitação, será encaminhada em formato digital, no prazo estabelecido, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

9.27.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.27.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>****10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05. (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no portal da transparência do órgão.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.11. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou intempestivamente.

13. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema LICITAAMAPA no endereço eletrônico <https://licitaamapama.com.br/cidadao>.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7.

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, e 14.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

15.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

15.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. As normas disciplinadoras deste instrumento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.11. Fica eleito o foro da Comarca de Maracá/MA, para solucionar quaisquer questões oriundas deste procedimento.

15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.amapa.do.maranhão.ma.gov.br e-mail: cplamapa@hotmail.com e Sistema do TCE no endereço eletrônico <https://apps.tce.ma.gov.br/sinc-site/contrata>, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de AMAPÁ DO MARANHÃO – MA, sito à Av. Milton Lemos, S/nº, Centro, CEP: 65.490.000, AMAPÁ DO MARANHÃO/MA, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

15.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos constantes no item 16. deste instrumento.

16. ANEXOS

16.1. Fazem parte do presente INSTRUMENTO, os seguintes anexos:

16.1.1. Anexo I - Modelo de Proposta.

16.1.2. Anexo II - Termo de Referência.

16.1.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços

16.1.4. Anexo IV – Minuta do Contrato.

Amapá do Maranhão -MA, em 19 de março de 2026.

Edelson dos Santos Ferreira
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº007/2026
ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

AO
PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPÁ DO MARANHÃO/MA PREFEITURA
MUNICIPAL AMAPÁ DO MARANHÃO/MA
Av. Milton Lemos, S/nº, Centro, AMAPÁ DO MARANHÃO/MA.
Referente: PREGÃO ELETRÔNICO nº 007/2026

Senhor Pregoeiro,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa a contratação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente: Razão Social CNPJ:

Endereço:

E-mail Oficial de comunicação: | Tel:

Valor Total da Proposta: R\$.....(.....)

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade de Veículos | Percentual de até 40% do valor do veículo destinado a compra de peças | Percentual de Desconto |
|------|-----------|---------|------------------------|---|------------------------|
| 1. | | | | | |

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

3. PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:

4. VALIDADE DO OBJETO:

5. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO/REPARO DOS SERVIÇOS:

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

8. INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO (Nome, RG, CPF, Endereço).

(local e data)

(Nome e assinatura do responsável da empresa)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA

1.1. A presente contratação tem por finalidade garantir o fornecimento contínuo de peças e acessórios mecânicos, peças elétricas e eletrônicas e peças da linha de ar condicionado automotivo, destinados a atender às necessidades das Secretarias e fundos Municipais de Administração e Finanças, Saúde e Assistência Social do Município de Amapá do Maranhão/MA, assegurando o regular funcionamento das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas nos prédios públicos municipais.

1.2. O fornecimento regular de peças automotivas é indispensável para a execução de diversas atividades essenciais, especialmente para a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, garantindo o pleno funcionamento dos veículos utilizados nas atividades administrativas e no atendimento à população.

1.3. A ausência ou interrupção no fornecimento de peças pode comprometer diretamente o funcionamento de serviços públicos essenciais, ocasionando a paralisação de veículos, prejuízos às atividades administrativas, ao atendimento à população e à execução de programas e ações desenvolvidas pelo Município.

1.4. Ressalta-se que as peças fornecidas deverão atender às especificações técnicas dos fabricantes, garantindo a procedência, qualidade, durabilidade e segurança na utilização nos veículos da frota municipal.

1.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza parcelada e da imprevisibilidade da demanda, permitindo aquisições conforme a necessidade da Administração, evitando a **formação de estoques desnecessários** e assegurando maior eficiência na gestão dos recursos públicos, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023.

1.6. Os quantitativos estimados foram definidos com base no histórico de manutenção da frota municipal e na projeção de demanda para o período de até 12 (doze) meses, servindo exclusivamente como parâmetro de planejamento da contratação. Ressalta-se que a Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos da legislação vigente**, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

1.7. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, visando garantir a continuidade dos serviços públicos, evitar paralisações da frota e assegurar o regular funcionamento das atividades desenvolvidas pelas unidades municipais.

1.8. Dessa forma, a presente contratação observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, constituindo medida necessária para garantir o adequado funcionamento da Administração Pública Municipal e o atendimento às demandas institucionais.

2. OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto Registro de Preços para contratação de pessoa (s) jurídica (s) para fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais de primeira linha, independentemente de marca e categoria, pelo maior percentual de desconto, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesado e máquinas às diversas Secretarias do Município de Amapá do Maranhão/MA, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste Termo de Referência.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

2.2. O fornecimento dos itens será realizado de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

2.3. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023, permitindo a contratação conforme a demanda das unidades administrativas do Município.

3. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor estimado da contratação foi apurado mediante pesquisa de preços realizada com base em parâmetros de mercado, observando-se as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, bem como demais normativos aplicáveis às contratações públicas, considerando preços praticados no âmbito da Administração Pública e no mercado privado.

3.2. A estimativa da contratação foi realizada com base na Instrução Normativa nº 65/2021 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, mediante pesquisa de mercado, sendo adotada a metodologia de definição de percentuais de desconto incidentes sobre tabelas de referência utilizadas pela Administração. A pesquisa indicou, como parâmetro estimativo, o percentual médio de desconto de 3% (três por cento), não constituindo valor mínimo obrigatório para fins de apresentação de propostas. O valor da contratação será variável, conforme a demanda da Administração, sendo definido mediante aplicação do percentual de desconto ofertado pelo licitante vencedor sobre os valores constantes das tabelas de referência adotadas.

3.3. A Administração estima o valor global de R\$ 3.996.624,65 (três milhões, novecentos e noventa e seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos), para a execução da contratação, destinado à manutenção da frota municipal, sendo utilizado apenas como referência, de modo que a execução ocorrerá conforme a necessidade, mediante aplicação do percentual de desconto ofertado pelo licitante vencedor sobre os valores constantes das tabelas de referência adotadas, não havendo obrigatoriedade de contratação do valor total estimado.

3.4. Ressalta-se que, por se tratar de Sistema de Registro de Preços – SRP, o valor estimado constitui apenas referência para fins de planejamento e julgamento das propostas, não representando obrigação de contratação por parte da Administração, que realizará as aquisições de forma parcelada, conforme a necessidade das unidades administrativas e a disponibilidade orçamentária.

3.5. A pesquisa de preços realizada pelo setor de Compras encontra-se disponível para consulta na sala do Departamento de Licitação e Contratos, no endereço mencionado no preâmbulo do presente Edital.

4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. As especificações técnicas, os quantitativos estimados dos itens e as demais exigências para o fornecimento encontram-se detalhadas na tabela abaixo, parte integrante deste Termo de Referência. Os quantitativos foram definidos com base no histórico de manutenção da frota municipal e na estimativa de demanda durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.2. Os itens deverão atender rigorosamente às descrições, unidades de fornecimento e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, bem como observar as especificações técnicas dos fabricantes e as normas aplicáveis à comercialização de peças automotivas, garantindo a qualidade, durabilidade e segurança dos componentes fornecidos.

4.3. O fornecimento deverá ser realizado por empresa devidamente habilitada para o fornecimento de peças e acessórios automotivos, devendo os itens atender aos padrões de qualidade exigidos pelo mercado e serem compatíveis com os veículos da frota municipal, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA | | | | | | |
|--|---|---------|------------------------|----------------------------|---|------------------------------|
| PEÇAS E ACESSÓRIOS (GENUINAS E/OU ORIGINAIS) CAMINHÕES TIPO CAÇAMBA - DIÉSEL | | | | | | |
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade de Veículos | Valor Unitário Por Veículo | Percentual de até 40% do valor do veículo destinado a compra de peças | Percentual Médio de Desconto |
| 1 | Peças e acessórios mecânicos genuínos e/ou original de primeira linha, (Caminhão tipo caçamba) marcas: Mercedes e Iveco. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 2 | R\$ 100.000,00 | R\$ 200.000,00 | 3% |
| 2 | Peças elétricas e eletrônicas genuínas/ou original de primeira linha, (Caminhão tipo caçamba) marcas: Mercedes e Iveco. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 2 | R\$ 100.000,00 | R\$ 200.000,00 | 3% |
| 3 | Peças linha de ar condicionado genuínas/ou original de primeira linha, (Caminhão tipo caçamba) marcas: Mercedes e Iveco. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 2 | R\$ 25.000,00 | R\$ 50.000,00 | 3% |
| PEÇAS E ACESSÓRIOS (GENUINAS E/OU ORIGINAIS) MAQUINAS PESADAS (ESCAVADEIRA HIDRAULICA, MOTONIVELADORA) | | | | | | |
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade de Veículos | Valor Unitário Por Veículo | Percentual de até 40% do valor do veículo destinado a compra de peças | Percentual Médio de Desconto |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

| | | | | | | |
|--|--|----------------|-------------------------------|-----------------------------------|--|-------------------------------------|
| 4 | Peças e acessórios mecânicos genuínos e/ou original de primeira linha, (Maquinas pesadas) marcas: Case, John Deere, Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 2 | R\$ 150.000,00 | R\$ 300.000,00 | 3% |
| 5 | Peças elétricas e eletrônicas genuínas/ou original de primeira linha, (Maquinas pesadas) marcas: Case, John Deere. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 2 | R\$ 150.000,00 | R\$ 300.000,00 | 3% |
| PEÇAS E ACESSÓRIOS (GENUINAS E/OU ORIGINAIS) TRATOR DE PNEU | | | | | | |
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade de Veículos | Valor Unitário Por Veículo | Percentual de até 40% do valor do veículo destinado a compra de peças | Percentual Médio de Desconto |
| 6 | Peças e acessórios mecânicos genuínos e/ou original de primeira linha, (trator de pneus) marcas: New Holland, Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 3 | R\$ 50.000,00 | R\$ 150.000,00 | 3% |
| 7 | Peças elétricas e eletrônicas genuínas/ou original de primeira linha, (trator de pneu) marcas: New Holland, Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 3 | R\$ 33.333,33 | R\$ 99.999,99 | 3% |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | | | |
| PEÇAS E ACESSORIOS (GENUINAS E/OU ORIGINAIS) VEÍCULO UTILITÁRIO LEVE E VANS (DIESEL/FLEX) | | | | | | |
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade de Veículos | Valor Unitário Por Veículo | Percentual de até 40% do valor do veículo | Percentual Médio de Desconto |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade de Motos | Valor Unitário Por Veículo | Percentual de até 40% do valor do veículo destinado a compra de peças | Percentual Médio de Desconto |
|---|---|---------|---------------------|----------------------------|---|------------------------------|
| 8 | Peças e acessórios mecânicos genuínos e/ou original de primeira linha, (Veículo utilitário leve e vans (ambulancia)(diesel/flex) marcas: Master, Iveco, Fiat Strada. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 6 | R\$ 75.000,00 | R\$ 450.000,00 | 3% |
| 9 | Peças elétricas e eletrônicas genuínas/ou original de primeira linha, (Veículo utilitário leve e vans (ambulancia)(diesel/flex) marcas: Master, Iveco, Fiat Strada. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 6 | R\$ 75.000,00 | R\$ 450.000,00 | 3% |
| 10 | Peças linha de ar condicionado genuínas/ou original de primeira linha, (Veículo utilitário leve e vans (diesel/flex) marcas Master, Iveco, Fiat Strada. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 6 | R\$ 16.666,66 | R\$ 99.999,96 | 3% |
| PEÇAS E ACESSORIOS (GENUINAS E/OU ORIGINAIS) MOTOS | | | | | | |
| 11 | Peças e acessórios mecânicos genuínos e/ou original de primeira linha, (Veículos tipo motos) marcas: Honda e Yamaha. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 5 | R\$ 4.962,47 | R\$ 24.812,35 | 3% |
| 12 | Peças elétricas e eletrônicas genuínas/ou original de primeira linha, (Veículos tipo motos) marcas: Honda e Yamaha. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, | Unidade | 5 | R\$ 4.962,47 | R\$ 24.812,35 | 3% |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

| | consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | | | | | |
|--|--|---------|------------------------|----------------------------|---|------------------------------|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | | | | | |
| PEÇAS E ACESSÓRIOS (GENUINAS E/OU ORIGINAIS) PARA MICRO-ÔNIBUS (DIESEL) | | | | | | |
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade de Veículos | Valor Unitário Por Veículo | Percentual de até 40% do valor do veículo destinado a compra de peças | Percentual Médio de Desconto |
| 13 | Peças e acessórios mecânicos genuínos e/ou original de primeira linha, (Micro-ônibus) marcas: Volare, Neobus. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 5 | R\$ 70.000,00 | R\$ 350.000,00 | 3% |
| 14 | Peças elétricas e eletrônicas genuínas/ou original de primeira linha, (Micro-ônibus) marcas: Volare, Neobus. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 5 | R\$ 70.000,00 | R\$ 350.000,00 | 3% |
| 15 | Peças linha de ar condicionado genuínas/ou original de primeira linha, (Micro-ônibus) marcas: Volare, Neobus. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 5 | R\$ 20.000,00 | R\$ 100.000,00 | 3% |
| PEÇAS E ACESSÓRIOS (GENUINAS E/OU ORIGINAIS) PARA ONIBUS (DIESEL) | | | | | | |
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade de Veículos | Valor Unitário Por Veículo | Percentual de até 40% do valor do veículo destinado a compra de peças | Percentual Médio de Desconto |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

| | | | | | | |
|---|---|----------------|-------------------------------|-----------------------------------|--|-------------------------------------|
| 16 | Peças e acessórios mecânicos genuínos e/ou original de primeira linha, (ônibus) marcas: Iveco. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 1 | R\$ 150.000,00 | R\$ 150.000,00 | 3% |
| 17 | Peças elétricas e eletrônicas genuínas/ou original de primeira linha, (ônibus) marcas: Iveco. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 1 | R\$ 150.000,00 | R\$ 150.000,00 | 3% |
| 18 | Peças linha de ar condicionado genuínas/ou original de primeira linha, (ônibus) marcas: Iveco. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 1 | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | 3% |
| PEÇAS E ACESSÓRIOS (GENUINAS E/OU ORIGINAIS) PARA CAMINHONETE E VAN (DIESEL) | | | | | | |
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade de Veículos | Valor Unitário Por Veículo | Percentual de até 40% do valor do veículo destinado a compra de peças | Percentual Médio de Desconto |
| 19 | Peças e acessórios mecânicos genuínos e/ou original de primeira linha, (Caminhonete e Van) marcas: Toyota e Mercedes Benz. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 2 | R\$ 100.000,00 | R\$ 200.000,00 | 3% |
| 20 | Peças elétricas e eletrônicas genuínas/ou original de primeira linha, (Caminhonete e Van) marcas: Toyota e Mercedes Benz. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 2 | R\$ 100.000,00 | R\$ 200.000,00 | 3% |
| 21 | Peças linha de ar condicionado genuínas/ou original de primeira linha, (Caminhonete e Van) marcas: Toyota e Mercedes Benz. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e | Unidade | 2 | R\$ 25.000,00 | R\$ 50.000,00 | 3% |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade de Veículos | Valor Unitário Por Veículo | Percentual de até 40% do valor do veículo destinado a compra de peças | Percentual Médio de Desconto |
|--|---|---------|------------------------|----------------------------|---|------------------------------|
| | anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | | | | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | | | |
| PEÇAS E ACESSÓRIOS (GENUINAS E/OU ORIGINAIS) VEÍCULOS UTILITÁRIO LEVE (FLEX) | | | | | | |
| 22 | Peças e acessórios mecânicos genuínos e/ou original de primeira linha, (Veículos utilitários leves (flex) marcas: Fiat, Citroen. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 2 | R\$ 15.000,00 | R\$ 30.000,00 | 3% |
| 23 | Peças elétricas e eletrônicas genuínas/ou original de primeira linha, (Veículos utilitários leves (flex) marcas: Fiat, Citroen. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 2 | R\$ 15.000,00 | R\$ 30.000,00 | 3% |
| 24 | Peças linha de ar condicionado genuínas/ou original de primeira linha, (Veículos utilitários leves (flex) marcas: Fiat uno, Citroen. Levando-se em consideração o maior desconto, com base no valor das peças de todas as montadoras, modelos, e anos de fabricação, consultado por intermédio de cotação em sistema eletrônico (audatex ou similar e/ou cotação local). | Unidade | 2 | R\$ 3.500,00 | R\$ 7.000,00 | 3% |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

4.2. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – ME/EPP

4.2.1. Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, especialmente o art. 48, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, esta contratação assegurará tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, observadas as seguintes regras:

- a) Será assegurado o direito de preferência em caso de empate ficto, nos termos da legislação vigente;
- b) Não será aplicada a exclusividade de participação nem a reserva de cota para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, tendo em vista que o objeto da presente contratação será julgado pelo critério de maior percentual de desconto, o que inviabiliza a aplicação das hipóteses previstas no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006;
- c) O tratamento diferenciado será aplicado nos demais casos previstos em lei, desde que compatível com a natureza do objeto.

5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Os pedidos dos itens registrados em Ata de Registro de Preços serão realizados de forma parcelada, durante a vigência da Ata, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, na qual serão especificados os itens, quantitativos e o local de entrega, devidamente acompanhada da respectiva Nota de Empenho, a ser encaminhada à empresa detentora do registro de preços por meio eletrônico ou outro meio formal.

5.2. A entrega dos itens deverá ocorrer no prazo máximo de até **5 (cinco) dias**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento acompanhada da Nota de Empenho, conforme programação da Secretaria Requisitante, no endereço por este indicado, sendo todos os custos de transporte, carga, descarga e acondicionamento de responsabilidade da contratada.

5.3. O objeto será recebido:

- I – Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- II – Definitivamente, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, integridade e compatibilidade das peças entregues.

5.4. As entregas deverão ser realizadas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 14h00, horário local, no endereço informado pela Secretaria Requisitante na Ordem de Fornecimento.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

5.5. Cada Secretaria Municipal designará servidor ou comissão responsável pelo recebimento provisório e definitivo dos itens fornecidos.

5.6. Os fornecimentos deverão ocorrer conforme a necessidade da Administração, podendo ser solicitada a entrega em mais de um endereço, dentro do território do Município, conforme indicado na Ordem de Fornecimento.

5.7. Quando solicitado, o fornecedor deverá realizar a entrega diretamente nas unidades administrativas, prédios públicos, unidades de saúde ou equipamentos públicos municipais, sem ônus adicional para a Administração.

5.8. As peças fornecidas deverão ser novas, originais ou compatíveis de primeira linha, conforme especificações do fabricante, devidamente acondicionadas, garantindo sua integridade e perfeito funcionamento, atendendo às normas técnicas aplicáveis.

5.9. Os itens fornecidos deverão estar em perfeitas condições de uso, sem avarias, defeitos ou incompatibilidades que comprometam sua aplicação nos veículos da frota municipal.

5.10. Os itens reprovados no recebimento provisório serão devolvidos, devendo a Contratada substituí-los no prazo máximo de até 3 (três) dias, contados da notificação, arcando com todos os custos decorrentes.

5.11. O não atendimento ao prazo de substituição previsto no subitem anterior será considerado inexecução contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas no edital e na legislação vigente.

5.12. A substituição dos itens não exime a contratada da aplicação de penalidades por eventual atraso no fornecimento.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O OBJETO

6.1. Os itens eventualmente adquiridos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como às normas e regulamentações aplicáveis à comercialização de peças automotivas, sendo vedado o fornecimento de produtos em desacordo com tais requisitos.

6.2. A contratada deverá assegurar a qualidade, procedência e integridade das peças fornecidas, bem como garantir que os produtos estejam devidamente acondicionados e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

6.3. As peças que apresentarem defeitos, avarias, deformações, sinais de uso, incompatibilidade com os veículos ou qualquer outra irregularidade que comprometa sua utilização serão recusadas no momento da entrega.

6.4. Os itens recusados deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação da Administração, sem qualquer ônus adicional, inclusive quanto a transporte, carga, descarga ou quaisquer outras despesas.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

6.5. A substituição dos itens não exime a contratada da aplicação das penalidades previstas no edital e na legislação vigente, quando caracterizado atraso no fornecimento ou descumprimento das obrigações contratuais.

6.6. As peças fornecidas deverão ser novas, originais ou compatíveis de primeira linha, conforme especificações dos fabricantes, devendo apresentar pleno funcionamento e atender às condições de uso nos veículos da frota municipal.

6.7. As peças deverão ser compatíveis com os modelos e especificações dos veículos da frota municipal, sendo vedado o fornecimento de itens inadequados ou de qualidade inferior.

6.8. A empresa fornecedora deverá possuir regularidade fiscal e habilitação jurídica compatível com o objeto, bem como atuar no ramo de fornecimento de peças e acessórios automotivos.

6.9. O transporte, manuseio e entrega das peças deverão ocorrer de forma adequada, sendo de inteira responsabilidade da contratada a adoção de medidas que garantam a integridade dos produtos até o recebimento definitivo pela Administração.

6.10. A contratada será responsável por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes do fornecimento inadequado dos itens ou do descumprimento das normas técnicas aplicáveis.

6.11. Os valores das peças e acessórios a serem fornecidos serão obtidos com base em sistemas eletrônicos de orçamentação, tais como AUDATEX, CILIA ou outros similares, pesquisa de mercado local.

6.11.1. O percentual de desconto ofertado pela contratada será aplicado sobre os valores obtidos, devendo prevalecer sempre o maior desconto.

7. FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada por servidor ou comissão designada, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento, da Nota de Empenho e das certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas no edital.

7.2. O pagamento somente será realizado após a liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964, e desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

7.3. Deverão ser apresentadas, no momento do pagamento, as seguintes certidões válidas:

- I – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- II – Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho – CNDT;
- III – Prova de regularidade com os Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- IV – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da contratada;
- V – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da contratada.

7.4. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária na conta corrente indicada pela CONTRATADA, devendo esta informar, por escrito, o nome do banco, número da agência e conta corrente, sendo vedada a alteração desses dados sem prévia comunicação formal à Administração.

7.5. Sobre o valor devido à CONTRATADA serão efetuadas as retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page:** <https://www.amapa.ma.gov.br>

7.6. É vedada a emissão de boletos bancários ou títulos de cobrança em nome da Administração Pública, devendo o pagamento ocorrer exclusivamente por meio de ordem bancária.

7.7. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento será suspenso, reiniciando-se sua contagem após a regularização da situação pela CONTRATADA.

7.8. No caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, será devida atualização financeira, nos termos da legislação vigente.

8. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 001/2022, pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 147/2014 e nº 155/2017, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023 (Sistema de Registro de Preços – SRP), bem como pelo Decreto Municipal nº 002, de 25 de março de 2025, que dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas no âmbito da Lei nº 14.133/2021, além das demais normas aplicáveis à matéria.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/FORNECEDORA

9.1 São obrigações da CONTRATADA/FORNECEDORA, além de outras previstas no Edital, neste Termo de Referência e na Minuta do Contrato ou da Ata de Registro de Preços:

9.1.1 Arcar integralmente com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a frete, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transporte, carga, descarga, seguros, embalagem, armazenamento e quaisquer outros custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional;

9.1.2 Fornecer peças e acessórios mecânicos, elétricos e eletrônicos, bem como peças da linha de ar condicionado, rigorosamente em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, devendo os produtos ser novos, de primeiro uso, originais ou compatíveis de qualidade equivalente ou superior, devidamente certificados quando exigido pelas normas técnicas aplicáveis;

9.1.3 Garantir que os produtos fornecidos atendam às normas da ABNT, INMETRO e demais regulamentações técnicas aplicáveis, quando houver, assegurando padrões adequados de qualidade, desempenho, durabilidade e segurança;

9.1.4 Responsabilizar-se pela entrega dos itens nos prazos, locais e condições estabelecidos nas Ordens de Fornecimento, garantindo o transporte adequado, acondicionamento seguro e integridade dos produtos até o efetivo recebimento pela Administração;

9.1.5 Garantir que todas as peças fornecidas estejam em perfeitas condições de uso, isentas de defeitos de fabricação, vícios ocultos, avarias, adulterações ou qualquer irregularidade que comprometa sua funcionalidade ou segurança;

9.1.6 Substituir, às suas expensas e sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência, todo e qualquer item que for rejeitado no recebimento, seja por não atender às especificações técnicas, apresentar defeito, vício, incompatibilidade com o equipamento ou qualquer inconformidade constatada, inclusive após o recebimento definitivo;

9.1.7 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade e procedência dos produtos fornecidos, respondendo civil e administrativamente por quaisquer danos ou prejuízos causados à

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

Administração ou a terceiros, decorrentes de falhas, defeitos ou inadequações dos itens fornecidos;

9.1.8 Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive regularidade fiscal, trabalhista e cumprimento das exigências legais e normativas aplicáveis ao objeto;

9.1.9 Atender prontamente às solicitações da Administração, prestando esclarecimentos, informações técnicas e suporte necessário quanto ao fornecimento dos itens, sempre que requisitado pelo fiscal ou gestor do contrato;

9.1.10 Responsabilizar-se pela compatibilidade das peças fornecidas com os veículos, máquinas ou equipamentos da Administração, devendo, quando necessário, prestar apoio técnico para identificação correta das peças a serem fornecidas;

9.1.11 Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração;

9.1.12 Sujeitar-se à fiscalização da Administração quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, fornecendo todas as informações e documentos que forem solicitados;

9.1.13 Cumprir rigorosamente os prazos de entrega e substituição, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente, no edital e no contrato;

9.1.14 Garantir, quando aplicável, prazo mínimo de garantia dos produtos fornecidos, conforme normas do fabricante ou legislação pertinente, comprometendo-se a realizar a substituição ou correção de eventuais defeitos dentro do período de garantia.

10. ATRIBUIÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São atribuições da CONTRATANTE, além de outras previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e no Contrato:

10.1.1 Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.1.2 Emitir as Ordens de Fornecimento, acompanhadas das respectivas Notas de Empenho, contendo a indicação dos itens, quantitativos, prazos e locais de entrega.

10.1.3 Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias à execução do objeto, quando aplicável.

10.1.4 Designar formalmente gestor e fiscal (is) da Ata de Registro de Preços ou do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.1.5 Receber provisoriamente e definitivamente os itens fornecidos, mediante conferência quantitativa e verificação das condições de entrega, na forma estabelecida neste Termo de Referência.

10.1.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as especificações, exigindo sua substituição no prazo estabelecido, sem ônus para a Administração.

10.1.7 Atestar as Notas Fiscais/Faturas após o recebimento definitivo do objeto e verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

10.1.8 Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições e prazos pactuados, após a regular liquidação da despesa.

10.1.9 Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando verificado o descumprimento das obrigações contratuais.

10.1.10 Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto, fixando prazo para sua regularização.

11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

11.1. O julgamento das propostas será do tipo maior percentual de desconto.

12. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

12.1 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional (Real – R\$).

12.2 Os preços unitários e totais deverão ser apresentados com, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desconsideradas as frações excedentes.

12.3 Após a fase de lances e eventual negociação, serão aceitas apenas as propostas cujos preços unitários e totais sejam iguais ou inferiores aos valores estimados pela Administração, observada a compatibilidade com os preços praticados no mercado.

12.4 A Administração poderá realizar diligência para aferir a exequibilidade da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando houver indícios de inexecuibilidade, devendo o licitante comprovar a viabilidade de sua proposta mediante apresentação de documentos que demonstrem a formação do preço.

12.5 Será desclassificada a proposta que:

I – apresentar preço manifestamente inexequível e não comprovado após diligência;

II – apresentar preço superior ao valor estimado pela Administração, após a fase de negociação;

III – não atender às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

12.6 Na análise das propostas será considerada a compatibilidade dos preços com aqueles praticados no mercado, podendo a Administração utilizar como parâmetro o Painel de Preços do Governo Federal, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e demais fontes oficiais de pesquisa de preços.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1 Apresentações de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de bens de natureza semelhante ou compatível com o objeto licitado.

13.1.1 O atestado deverá conter:

I – identificação da entidade expedidora;

II – nome completo, cargo e assinatura do responsável pela emissão;

III – descrição do objeto fornecido;

IV – data de emissão;

V – dados para eventual contato, os quais poderão ser utilizados pelo Pregoeiro para fins de diligência.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

13.1.2 Caso o atestado não contenha todas as informações necessárias, poderão ser apresentados documentos complementares, tais como contratos, notas fiscais ou outros documentos que comprovem a execução do fornecimento.

13.1.3 Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, sendo passíveis de verificação de autenticidade pelo Pregoeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.1.4 A Prefeitura Municipal de Amapá do Maranhão (MA) reserva-se o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias dos respectivos contratos, aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

13.2 EXIGÊNCIAS REGULATÓRIAS

13.2.1 A empresa licitante deverá comprovar que exerce atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, com CNAE compatível com o fornecimento de peças e acessórios mecânicos, elétricos, eletrônicos e de linha de ar condicionado;

13.2.2 A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pela licitante, bem como a regularidade de suas atividades junto aos órgãos competentes;

13.2.3 A contratada deverá manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços ou do contrato, todas as condições de regularidade exigidas neste item, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente;

13.2.4 Sempre que solicitado pela Administração, a contratada deverá apresentar documentação complementar que comprove a origem, procedência e compatibilidade das peças fornecidas, especialmente em casos de dúvida quanto à qualidade ou adequação dos itens.

14. ADJUDICAÇÃO

14.1. A adjudicação das propostas será realizada pelo critério de julgamento do **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, conforme estabelecido neste Edital e seus anexos;

14.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante, desde que atendidas as exigências do instrumento convocatório e observada a ordem de classificação;

14.3. A adjudicação será formalizada pelo pregoeiro de contratação ou pela autoridade competente, após a análise das propostas e documentos de habilitação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.4. A adjudicação não gera direito à contratação, ficando condicionada à posterior homologação do certame e à formalização da Ata de Registro de Preços ou do contrato administrativo.

15. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentária, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 002/2021, e Decreto Federal nº. 11.462/2023, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes que poderão advir do presente procedimento licitatório.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

15.2 Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

16. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**16.1 Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE****16.1 Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE**

16.1.1 Nomear gestor e fiscal(is) da Ata de Registro de Preços ou do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e controle da execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

16.1.2 Emitir as Ordens de Fornecimento, acompanhadas das respectivas Notas de Empenho, contendo a descrição dos itens, quantitativos, prazos e locais de entrega, de forma clara e precisa;

16.1.3 Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa executar o objeto de forma adequada, observadas as disposições deste Termo de Referência;

16.1.4 Receber provisoriamente e definitivamente os itens fornecidos, mediante conferência quantitativa e qualitativa, verificando a conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;

16.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as especificações, exigindo sua substituição no prazo estabelecido, sem ônus para a Administração;

16.1.6 Atestar as Notas Fiscais/Faturas somente após o recebimento definitivo e a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais;

16.1.7 Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições e prazos pactuados, após a regular liquidação da despesa, desde que não haja pendências quanto ao cumprimento das obrigações;

16.1.8 Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto, fixando prazo razoável para sua regularização;

16.1.9 Aplicar as sanções administrativas cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando verificado o descumprimento das obrigações contratuais;

16.1.10 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual de forma contínua, podendo, para tanto, solicitar documentos, informações e esclarecimentos necessários à verificação do cumprimento das obrigações assumidas;

16.1.11 Sustar, no todo ou em parte, o fornecimento dos itens sempre que verificar irregularidades que possam comprometer a qualidade, segurança ou adequação do objeto contratado, comunicando formalmente à CONTRATADA para adoção das medidas cabíveis.

16.2 Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA

16.2.1 Fornecer peças e acessórios mecânicos, elétricos e eletrônicos, bem como peças da linha de ar condicionado, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora;

16.2.2 Manter capacidade operacional, logística e estoque compatíveis com a demanda da Ata de Registro de Preços ou do contrato, garantindo o atendimento tempestivo das solicitações da Administração;

16.2.3 Entregar os itens nos prazos e locais indicados nas Ordens de Fornecimento, às suas expensas, assegurando transporte adequado, integridade e perfeito acondicionamento dos produtos;

16.2.4 Garantir que as peças fornecidas sejam novas, de primeiro uso, originais ou compatíveis, em perfeitas condições de uso, sem defeitos, avarias ou vícios, e adequadas ao fim a que se destinam;

16.2.5 Comunicar formalmente à Administração, de imediato, qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas;

16.2.6 Indicar formalmente preposto para representá-la perante a Administração durante a execução da Ata de Registro de Preços ou do contrato, com poderes para receber notificações e adotar as providências necessárias;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

16.2.7 Atender prontamente às orientações e determinações do gestor e dos fiscais designados para acompanhamento da execução do objeto;

16.2.8 Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto, inclusive por falhas, defeitos ou inadequação das peças fornecidas;

16.2.9 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização da execução do objeto pela Administração, permitindo acesso a informações, documentos e esclarecimentos sempre que solicitado;

16.2.10 Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços ou do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.2.11 Emitir Nota Fiscal/Fatura em conformidade com as exigências legais e com as condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

16.2.12 Substituir, sem ônus para a Administração, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, todo e qualquer item rejeitado, seja por desconformidade com as especificações, defeito, vício ou incompatibilidade com o equipamento a que se destina;

16.2.13 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive transporte, frete, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos necessários ao fornecimento;

16.2.14 Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança do trabalho relativas aos seus empregados, não havendo qualquer vínculo destes com a Administração;

16.2.15 Atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que formalizados por meio de Ordem de Fornecimento emitida dentro do prazo de vigência;

16.2.16 Manter canal de comunicação ativo e responsável disponível para atendimento imediato das demandas da Administração durante toda a execução contratual;

16.2.17 Garantir a compatibilidade das peças fornecidas com os veículos, máquinas e equipamentos da Administração, responsabilizando-se por eventuais erros de fornecimento e pelas consequências decorrentes;

16.2.18 Responsabilizar-se por vícios ocultos e defeitos de fabricação das peças fornecidas, obrigando-se à substituição ou reparação, mesmo após o recebimento definitivo, dentro do prazo de garantia aplicável.

17. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

17.1 O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regulamenta o pregão eletrônico, com o Decreto Federal nº 11.462/2023, que dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços, com a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, bem como com as demais normas aplicáveis à espécie.

17.2 O presente documento contém os elementos técnicos necessários para subsidiar os interessados na elaboração de suas propostas, bem como orientar a execução futura do objeto.

17.3 Os bens que constituem o objeto deste Termo de Referência enquadram-se como bens comuns, nos termos da legislação vigente, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e usualmente disponíveis no mercado.

17.4 Em razão das características do objeto, a modalidade de licitação a ser adotada será o pregão eletrônico, com critério de julgamento de maior desconto percentual, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

18. REGISTRO DE PREÇOS

18.1 O Sistema de Registro de Preços será adotado nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, por se tratar de mecanismo que permite contratações futuras, parceladas e de acordo com a necessidade da Administração.

18.2 A adoção do Registro de Preços justifica-se em razão:

I – da necessidade de aquisições frequentes dos produtos;

II – da impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato a ser demandado;

III – da possibilidade de atendimento a diversos órgãos da Administração Pública Municipal por meio de compras compartilhadas.

18.3 Após a adjudicação e homologação do certame pela autoridade competente, será formalizada a Ata de Registro de Preços, a ser firmada entre o órgão gerenciador e a(s) licitante(s) vencedora(s), constituindo-se em compromisso para futuras contratações.

18.4 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

18.5 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura e publicação, vedada a sua prorrogação, nos termos da legislação vigente.

18.6 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de contrato administrativo ou instrumento equivalente, conforme o caso.

19. DO CONTRATO

19.1 O contrato obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, estando vinculado integralmente a este Termo de Referência, à Ata de Registro de Preços e à proposta da licitante vencedora, independentemente de transcrição, implicando na obrigatoriedade de cumprimento de todas as obrigações e condições nele estabelecidas.

19.2 A Administração convocará a empresa detentora do registro de preços para assinatura do contrato ou retirada da Nota de Empenho, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

19.3 O prazo de convocação previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada pela licitante e aceita pela Administração.

19.4 O contrato poderá ser alterado nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, mediante as devidas justificativas.

19.5 A rescisão contratual ocorrerá nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

19.6 O contrato terá vigência conforme estabelecido em sua minuta, podendo ser celebrado a qualquer tempo durante a vigência da Ata de Registro de Preços, para fornecimento de gás liquefeito de petróleo – GLP e demais itens previstos neste Termo de Referência.

19.7 A assinatura do contrato ou a retirada da Nota de Empenho implica na obrigatoriedade de cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços.

20. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

20.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21. DAS SANÇÕES

21.1 O licitante ou beneficiário da Ata de Registro de Preços que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar a nota de empenho, não celebrar o contrato ou a Ata, quando for o caso, deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, mediante procedimento administrativo que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

21.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste Termo de Referência, no Edital ou no contrato, bem como em caso de atraso, falhas ou irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

21.2.1 Multa

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, em caso de atraso na entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis na substituição de botijões ou itens entregues com avarias, vazamentos ou em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso superior ao previsto na alínea “a” ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

21.3 A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada cumulativamente com a multa, sendo as penalidades independentes entre si.

21.4 As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobradas administrativamente ou judicialmente, após regular processo administrativo.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page:** <https://www.amapa.ma.gov.br>

21.5 Não havendo pagamentos pendentes ou sendo o valor da multa superior ao crédito existente, o fornecedor deverá recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

21.6 Os prazos para cumprimento das obrigações poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas e aceitas pela Administração.

21.7 A solicitação de prorrogação deverá ser formalizada por escrito, antes do vencimento do prazo, acompanhada de documentos comprobatórios.

21.8 A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.9 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro de fornecedores e nos sistemas oficiais pertinentes.

21.10 Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver penalidade pendente de liquidação ou relevada pela Administração.

22. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

22.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por Gestor do Contrato e por Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante, formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

22.1.1 Compete ao Gestor do Contrato coordenar a execução contratual, acompanhar os prazos, controlar o saldo contratual, promover a gestão das ocorrências e encaminhar as providências necessárias à autoridade competente.

22.1.2 Compete ao Fiscal Técnico acompanhar a entrega do gás liquefeito de petróleo – GLP e dos botijões, verificar a conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, atestar o recebimento provisório e definitivo e comunicar eventuais irregularidades.

22.1.3 Compete ao Fiscal Administrativo verificar o cumprimento das obrigações administrativas, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e documental da contratada.

22.1.4 Compete ao Fiscal Requisitante acompanhar a execução do objeto sob o ponto de vista da necessidade administrativa e da adequação ao interesse público.

22.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas ou vícios, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

22.3 Caberá aos fiscais designados:

I – acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto;

II – registrar em relatório próprio todas as ocorrências relacionadas ao contrato;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA

Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

III – determinar a correção de falhas ou irregularidades verificadas;

IV – atestar o recebimento provisório e definitivo do objeto;

V – encaminhar à autoridade competente as ocorrências que ultrapassem sua competência.

22.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando data, identificação dos envolvidos e as medidas adotadas, conforme art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.5 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, realizar inspeções e diligências para verificar a qualidade do gás GLP e as condições dos botijões fornecidos, podendo rejeitá-los quando em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

22.6 As decisões e providências que ultrapassem a competência dos fiscais deverão ser encaminhadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

24. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

24.1. O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luzes da Lei nº 14.133/21, e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:

24.1.1. Habilitação jurídica;

24.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista;

24.1.3. Qualificação técnica;

24.1.4. Qualificação econômico-financeira;

24.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

(.....)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADM. Nº 1510.01/2025

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº *****/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| |
|--|
| Nome empresarial: |
| CNPJ nº: |
| Endereço: |
| (DDD) Telefone: _____ (DDD) Fax: _____ |
| E-mail: |
| Representante legal: |
| CPF nº: |

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade de Veículos | Percentual de até 40% do valor do veículo destinado a compra de peças | Percentual de Desconto |
|------|-----------|---------|------------------------|---|------------------------|
| | | | | | |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

2.2. O percentual de desconto registrado será aplicado sobre os valores das peças, acessórios mecânicos, elétricos, eletrônicos e itens da linha de ar-condicionado, obtidos por meio de sistemas eletrônicos de orçamentação, tais como AUDATEX, CILIA ou outros similares.

2.3. Os valores efetivamente pagos serão definidos mediante aplicação do percentual de desconto registrado sobre os preços obtidos conforme disposto neste item, não havendo fixação prévia de valores unitários.

2.4. O percentual de desconto registrado permanecerá fixo durante a vigência da Ata de Registro de Preços, podendo ser revisto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

2.5. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de _____.

3.2. Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: _____.

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, conforme alterações proferidas pela Lei Federal nº 14.770/23, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page:** <https://www.amapa.ma.gov.br>

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

5.7. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no ambiente de acesso público.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

12. DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Maracaçumé, Estado do Maranhão, para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

AMAPÁ DO MARANHÃO/MA, ____ de _____ de 2026

MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPÁ DO MARANHÃO
XXXXXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXXX
PORT.: XXXXX

DETENTORA DO REGISTRO:

.....

CNPJ nº:

Nome Cargo : R.G. :



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

ANEXO
CADASTRO RESERVA

1. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Nome empresarial: | | | | | | |
|--|---------------|-------|------------------|--------|---------------------------------|---------------------------------|
| CNPJ nº: | | | | | | |
| Endereço: | | | | | | |
| (DDD) Telefone: _____ (DDD) Fax: _____ | | | | | | |
| E-mail: | | | | | | |
| Representante legal: | | | | | | |
| CPF nº: | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Marca/ Modelo | Quant. | P. Unitário Registrado (R\$) | P. Total Registrado (R\$) |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

2. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Nome empresarial: | | | | | | |
|--|---------------|-------|------------------|--------|---------------------------------|---------------------------------|
| CNPJ nº: | | | | | | |
| Endereço: | | | | | | |
| (DDD) Telefone: _____ (DDD) Fax: _____ | | | | | | |
| E-mail: | | | | | | |
| Representante legal: | | | | | | |
| CPF nº: | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Marca/ Modelo | Quant. | P. Unitário Registrado (R\$) | P. Total Registrado (R\$) |
| | | | | | | |
| | | | | | | |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____ 007/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1510.01/2025

Termo de Contrato celebrado entre o
MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO,
por meio do _____ [órgão da Administração
Direta], ou a (o) _____ [entidade da
Administração Indireta], como CONTRA-
TANTE, e a _____
_____, como
CONTRATADA, para prestação de serviços (ou
fornecimento contínuo) na forma abaixo.

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou _____ a(o) [entidade da Administração Indireta] com sede na _____, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrito no CPF nº _____, e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade CONTRATADA], inscrito no CPF nº _____, têm justo e acordado o presente Contrato Nº _____, decorrente da PREGÃO ELETRÔNICO nº *****/2026, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº *****/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

PARAGRAFO UNICO: Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº *****/2026;
- b) Termo de Referência (ou PROJETO BÁSICO);
- c) Proposta e documentos anexos, firmados pela CONTRA.TADA;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, conforme especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único – Os serviços ou o fornecimento contínuo serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas do **Termo de Referência/Projeto Básico**, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (por extenso), conforme planilha discriminativa abaixo.

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade de Veículos | Percentual de até 40% do valor do veículo destinado a compra de peças | Percentual de Desconto |
|--------------|-----------|---------|------------------------|---|------------------------|
| 01. | | | | | |
| VALOR TOTAL: | | | | | |

O valor total do presente contrato é meramente estimado em R\$ _____ (por extenso), não gerando obrigação de consumo mínimo ou de utilização integral, ficando o pagamento condicionado aos quantitativos efetivamente fornecidos.

Parágrafo Primeiro - O presente contrato tem como critério de remuneração o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** ofertado pela CONTRATADA no certame, aplicado sobre os valores das peças efetivamente fornecidas, sendo o percentual contratado de % (_____), incidente sobre os valores das peças e acessórios mecânicos, elétricos, eletrônicos e itens da linha de ar-condicionado automotivo.

Parágrafo Segundo - Para fins de execução contratual, os valores das peças serão obtidos por meio de sistemas eletrônicos de orçamentação, tais como **AUDATEX, CILIA ou outros similares**.

Parágrafo Terceiro – No valor apurado já estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, seguro, transporte, carga, descarga e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

Parágrafo Quarto – Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) *[setor competente do órgão ou entidade licitante]*.

Parágrafo Primeiro – Para fins de **medição**, se for o caso, e faturamento, o período base de medição do **serviço prestado** será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) _____ *[setor competente do órgão ou entidade contratante]*.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, Ordem de autorização e as certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de _____ (__) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula: $R = Po [(I-Io)/Io]$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato; Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá à comissão designada por ato do _____ [titular do órgão ou entidade contratante]. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução do objeto, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne à execução contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia contratual apenas na hipótese de a proposta vencedora apresentar desconto inferior a 30% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, constante no edital, com a finalidade de assegurar a adequada execução do objeto contratado.

Parágrafo Primeiro – A garantia, quando exigida, será equivalente a 1% (um por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, podendo a CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades:

- I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II – seguro-garantia;
- III – fiança bancária.

Parágrafo Segundo – A garantia tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, podendo a CONTRATANTE utilizá-la para cobrir eventuais prejuízos decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, bem como para pagamento de multas administrativas aplicadas.

Parágrafo Terceiro – Em caso de utilização total ou parcial da garantia, a CONTRATADA deverá proceder à sua recomposição no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da notificação da CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – A garantia somente será liberada ou restituída após o cumprimento integral das obrigações contratuais, mediante manifestação formal da autoridade competente da CONTRATANTE.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>**CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por _____ dias/meses contados desta, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Segundo – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quarto – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo [autoridade competente] _____ que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, se possível, reexecutar os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data do efetivo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SANCÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO****CNPJ Nº 01.580.959/0001-06****SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA****Home Page:** <https://www.amapa.ma.gov.br>

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

- iv. **Multa:**
 - 1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 2. *Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.* **Parágrafo Segundo** - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)). **Parágrafo Quarto** - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. **Parágrafo Sétimo** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Décima Primeira - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Décima Segunda - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

Parágrafo Décima Terceira - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO**

CNPJ Nº 01.580.959/0001-06

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURAHome Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

Parágrafo Segundo – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Quarto – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

Parágrafo Quinto – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Amapá do Maranhão, classificada conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO:**UNIDADE ORÇAMENTARIA:****PROJETO/ATIVIDADE:****CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:**

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.580.959/0001-06
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
Home Page: <https://www.amapa.ma.gov.br>

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Maracaçumé – MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município nos prazos legais, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#), além da divulgação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- a. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

AMAPÁ DO MARANHÃO - MA, em _____ de _____ de 2026

**Agente Público competente do órgão ou entidade
contratante**
(Nome, cargo, matrícula e lotação)
CONTRATANTE

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)
CONTRATADO